



CODESRIA



CODESRIA

13

ème

Assemblée générale
General Assembly
Assembleia Geral
الجمع العام الثالث عشر

L'Afrique et les défis du XXIème siècle
Africa and the Challenges of the Twenty First Century
A África e os desafios do Século XXI

إفريقيا وتحديات القرن الواحد والعشرين

VERSÃO TEMPORARIA
NÃO CITE

“Fornadjeras”: mulheres, mobilidade social e género
na produção de aguardente (grogue) em comunidades rurais
de Cabo Verde/África

Carla Carvalho
Praia - Cabo Verde

5 - 9 / 12 / 2011

Rabat Maroc / Morocco

Introdução

Nas pequenas comunidades rurais de Cabo Verde/África está em curso um processo social que vem alterando as posições de género e o lugar das mulheres nas actividades produtivas. Este processo transcorre em uma sociedade em que historicamente houve forte dominação masculina e poucas chances de mobilidade social. Cabo Verde é um país arquipelágico, constituído por dez ilhas, situado no oeste africano com cerca de 505.756 habitantes, das quais, 51,5 % são do sexo feminino e 48,5 % são do sexo masculino, segundo as projecções do INE (Instituto Nacional de Estatística, 2008). Estima-se que além desta população de cabo-verdianos estejam residindo em outros países, tais como Estados Unidos, França, Holanda, etc., cerca de 400.000 cabo-verdianos emigrados ou descendentes de segunda e terceira geração. Este fenómeno faz parte da vida socioeconómica e cultural de Cabo Verde, desde finais do século XIX.

Este estudo foi realizado na ilha de Santiago, na comunidade rural de Ribeira de Principal. O interesse em estudar esta comunidade surgiu a partir de visitas realizadas à comunidade, que tinham como propósito efectuar um levantamento de questões ou temáticas que poderiam revelar-se importantes para a elaboração do projecto de investigação. Nas primeiras visitas à Ribeira de Principal percebeu-se que em várias famílias havia membros que estavam emigrados. Essa emigração acontece essencialmente para os países da Europa, como Holanda, França e outros. Um outro facto interessante que logo saltou à vista foi a existência de um número significativo de mulheres que estavam a trabalhar nas “fornadjas”¹. Algumas observações e relatos permitiram constatar que até recentemente as “fornadjas” eram um espaço de produção eminentemente masculino. As mulheres somente frequentavam este espaço para ajudar² os homens em tarefas como o transporte da água e lenha, levar refeições aos maridos e transportar o grogue para casa. Paulatinamente, foi aumentando a presença da mulher na “fornadja”, na produção e comercialização do grogue. No sentido inverso, alguns homens deixaram o espaço da “fornadja”, muitos deles em virtude da emigração ou para desempenhar outras actividades produtivas fora da comunidade, particularmente como pedreiro na construção civil, regressando no período das sementeiras³.

Neste contexto, as mulheres passam a adquirir uma centralidade cada vez maior na “fornadja” e também na comunidade, uma vez que passam a ocupar os espaços de

¹ Espaço de produção do grogue (aguardente) constituído por alambiques (equipamentos, feitos de cobre, para a destilação do grogue) e “trapiches” (equipamentos para a moagem da cana sacarina).

² Refere-se ao trabalho enquanto um processo de inserção no circuito de produção, comercialização e decisão dos bens produzidos.

³ Plantio dos cereais.

organização socioeconómicos antes restritos aos homens. As mulheres passam a desempenha as mesmas tarefas que antes eram exclusivas dos homens no espaço público, nomeadamente na agricultura e na produção do grogue. Neste sentido, este artigo pretende mostrar a relação que há entre a migração masculina e a reconfiguração do espaço social público e familiar, particularmente, as relações de poder e de género. A emigração masculina contribui para redefinir a posição da mulher no processo de trabalho e, por consequência, afecta as estratégias de reprodução do grupo doméstico como um todo. Daí propõe-se, provisoriamente, uma linha explicativa em que a migração tende a modificar e, no limite, desestruturar, os padrões tradicionais de organização do espaço social e familiar, fazendo com que os *habitus* dos agentes sociais sejam mudados ou fragilizados.

O objectivo central deste artigo consiste em mostrar como a redução da presença dos homens nas famílias e na comunidade, em razão da emigração, produziu um conjunto de novas relações sociais no espaço de produção da “fornadja”, permitindo que as mulheres conquistassem e construíssem a nova identidade de “fornadjeiras” (mulheres que trabalham na “fornadja”), atribuindo-lhes também um novo papel social, que é o de provedoras do grupo doméstico.

A literatura vem mostrando que o lugar da mulher nos espaços público e privado pode ser analisado pela contraposição de espaços, em que o espaço de produção (“fornadja”) e de reprodução (casa) tende a ser representada como o universo marcado pela distinção. Embora simbólicos e ideologicamente separados, os espaços público e privado são tão imbricados que, ao nível da aparência, não se pode ver nem estabelecer fronteiras (Costa, *apud* Fischer, 2007). Não obstante, na prática quotidiana as mulheres rurais participam no espaço público desde tenra idade, trabalhando na agricultura. Para os homens, este é o espaço público político, enquanto para elas trata-se apenas espaço público. Segundo Fischer (2007), as desigualdades entre mulheres e homens são construídas tanto no espaço público como no espaço privado e se apoiam em interesses e privilégios, alinhadas a um projecto hegemónico de dominação masculina.

No meio rural, as mulheres inserem-se no espaço público - na produção agrícola como ajudantes - e no espaço privado - da casa. Enquanto os homens inserem-se no espaço público como sujeitos políticos. Para Bourdieu (1999), é através de um imenso trabalho de socialização contínua que as diferentes identidades se estabelecem como *habitus* claramente diferenciados e percebidos, segundo o princípio da divisão dominante. Assim, cabe ao homem o lugar externo, do oficial, do público, realizar todos os actos visíveis e arriscados, como por exemplo as guerras. E, à mulher cabe o lugar interno, o privado, o escondido,

como as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. Mas, na prática quotidiana das mulheres rurais, elas participam, no espaço público – por exemplo, o campo – desde tenra idade, trabalhando na agricultura, que, para o homem, é espaço público político, mas para ela, é apenas espaço público.

O trabalho da mulher, não valorizado e oculto, até mesmo nas transmissões da propriedade, ganha uma nova face em Ribeira de Principal, com a entrada da mesma na “fornadja”. Segundo Whitehead (1984), homens e mulheres sempre tiveram papéis separados na produção agrícola e foram responsáveis por suprir as diferentes necessidades dentro do grupo doméstico. A divisão sexual do trabalho nas pequenas propriedades rurais é nítida e de carácter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão de tarefas é o homem, “chefe da família”. O entendimento “de quem deve fazer o quê” é passado de geração para geração, naturalizando-se, tornando-se, portanto, um modo de ser que se aproxima do conceito de *habitus*, proposto por Bourdieu.

Assim, neste artigo, a proposta de Bourdieu é tomada como referência para explicar a internalização do *habitus* como condição para determinadas configurações das relações sociais. Considera-se que no processo de divisão do trabalho existem posições distintas para cada membro do grupo doméstico – homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. Assim, a construção da divisão social e sexual do trabalho naturaliza-se e legitima o *status quo* dominante. Por isso, mudar o *habitus* das mulheres, que implica incorporar outros papéis além dos de mãe, esposa e trabalhadora, não depende somente delas. Será necessária uma reordenação das tarefas domésticas, com maior participação do marido ou companheiro, dos filhos e de outros membros do grupo doméstico, para que a mulher possa assumir plenamente um lugar público.

Este artigo inicia com uma breve secção sobre o contexto social pesquisado. Na segunda secção busca-se identificar e definir quem são as “fornadjeiras” e o processo de iniciação das mulheres nos espaços da “fornadja”. A seguir, analisa-se como a entrada da mulher na “fornadja” e a emigração masculina favoreceram a recomposição das estratégias familiares e da comunidade rural em diversos aspectos.

“Fornadjeiras”: a iniciação feminina nas “fornadjas”

As mulheres iniciaram a sua trajectória na “fornadja” pela mão de algum familiar do sexo masculino: pai, irmão, marido, cunhado, tio. As mulheres começaram a frequentar a “fornadja” ainda crianças a acompanharem as mães que levavam refeições aos seus maridos ou companheiros. As crianças desempenham um conjunto de tarefas, designadamente: levar

as refeições aos progenitores, apanhar lenha, transportar água e cana sacarina, carregar o balde com calda e colocar o lume no forno do alambique. A criança, enquanto sujeito social, que se encontra na “fornadja” acompanhando os progenitores, não está apenas fantasiando mas encontra-se num processo de socialização, ou seja, a trabalhar seus valores sociais e, a internalizar regras e normas socialmente estabelecidas.

Na adolescência, inicia-se a divisão sexual do trabalho, em que as tarefas entre os rapazes e as moças vão se diferenciar. Estreia-se, a partir deste momento, a interiorização das fronteiras da divisão do trabalho no espaço social de produção em função do género. Em que os rapazes iniciam as primeiras tarefas ligados à produção do grogue – na destilação do grogue (considerada um dos trabalhos mais importantes no espaço da “fornadja”, juntamente com a “tempra” e o “compor” o grogue) – enquanto as moças continuam com as mesmas tarefas – consideradas femininas. Assim, paulatinamente foram substituindo os pais e as mães nas tarefas realizadas nesse espaço. Posteriormente, na idade adulta, a mulher se estabelece na “fornadja” como trabalhadora e produtora de grogue.

O casamento e a união de facto constituem mecanismos de iniciação feminina nas “fornadjas”. Outras mulheres aprenderam este trabalho por iniciativa própria na medida em que a aprendizagem dessa prática constitui uma estratégia para continuar a prover e a manter o grupo doméstico. A presença de mulheres na “fornadja” influenciou outras a trabalharem nesse espaço de produção. Antes da inserção significativa das mulheres nesse espaço somente as mulheres solteiras, viúvas ou algumas com maridos emigrados estavam na linha da frente da produção do grogue. Mas, as mulheres começaram a seguir pisadas das outras e, actualmente, encontram-se todas as “categorias” de mulheres na “fornadja”; desde casadas, solteiras, viúvas, jovens, idosas, adultas.

As “fornadjeiras” jogam um papel chave como reprodutoras e gestoras de conhecimento na produção do grogue. Os saberes adquiridos, ao longo dos anos, foram iniciando novas mulheres nesse espaço de produção. Ao aprenderem e dominarem as técnicas de trabalho da produção do grogue realizam um trabalho de socialização desse aprendizado com outras mulheres amigas, “comadres”, filhas, vizinhas e parentes. Assim, através dessa rede de amizade, companheirismo, socialização e cooperação, o capital social aumenta. Esta situação contribui para a autonomia dessas mulheres na garantia da provisão do seu grupo doméstico. Neste sentido, as redes sociais construídas por essas mulheres contribuem para a ida e o aumento das mulheres no espaço das “fornadjas” para, também, trabalharem e participarem activamente desse espaço público de produção.

A iniciação da mulher e, quiçá, a sua própria permanência na “fornadja” pode ser pensada como um rito de passagem do espaço privado para o público. O rito envolve, no caso, uma rede de rupturas com os papéis previamente determinados e, a constituição de uma identidade pública. Essa entrada coloca a mulher à frente de novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no espaço da “fornadja”, no grupo doméstico e na própria comunidade uma vez que os actores sociais – marido ou companheiro, “fornadjero” – consideram que a mulher não devia estar na “fornadja”.

As “fornadjeiras” podem ser categorizadas em três tipologias. Em mulheres que trabalham quase ininterruptamente na “fornadja”, as que trabalham durante o tempo “seco” e as que vão efectuar até quatro ou cinco destilações de grogue por ano. As primeiras e segundas dispõem de uma rede organizada de comercialização do grogue. As segundas, porém, guardam o grogue até terem clientes para vender ou, então, “passar” esse grogue para os que têm clientes para venderem. As “fornadjeiras” desempenham uma diversidade de tarefas para além da produção do grogue. Trabalham no campo (agricultura de sequeiro), na agricultura (de regadio) e, em outras actividades sazonais – como apanha de inertes, venda de peixes ou outros artigos alimentícios e não perecíveis, cuidadora dos filhos e de outros membros do grupo doméstico com fragilidades de saúde – os idosos e os doentes – para além de realizar as tarefas domésticas.

“Fornadjas” são espaços constituídos por alambiques e “trapiches” com a finalidade da produção do grogue. Nos finais da década de 1980 introduziram o “trapiche” motorizado no processo da moagem da cana sacarina em substituição dos bois. Esse processo de modernização se viabilizou por causa das remessas dos emigrantes que permitiu aos “fornadjeros” o contacto com essa inovação. A introdução dessa tecnologia transformou as relações de trabalho na “fornadja” contribuindo para o aumento das mulheres nesse espaço pois deixou-se de fazer a criação dos bois para a moagem da cana sacarina e, passou-se assim a trabalhar menos tempo na moagem da mesma. Por causa disso as mulheres passaram a não depender dos homens nesse trabalho.

“Fornadja”, emigração e recomposição social

A presença da mulher nas “fornadjas” não é recente, ou seja, a mulher tem presença frequente nas “fornadjas”. A diferença é que com o início da emigração masculina e a introdução do “trapiche” motorizado na produção do grogue a presença feminina nas “fornadjas” aumentou significativamente. Antes desses factos, a presença da mulher nas “fornadjas” limitava-se ao papel de ajudante dos maridos e dos pais na produção do grogue.

Eram pouquíssimas as mulheres que produziam grogue antes desses acontecimentos. Essa ajuda centrava, essencialmente, em actividades de apoio (descritos anteriormente). Hoje, a mulher ocupa uma posição diferente no espaço da “fornadja”. A sua presença nesse espaço público torna-se uma presença política (Fischer, 2007). O seu trabalho não se limita ao de “ajudante” do membro masculino do grupo doméstico, mas de produtora de grogue. Ela dirige todo o processo produtivo, desde a plantação da cana, passando pela colheita e moagem da mesma, e depois pela destilação e venda do grogue.

A entrada da mulher na “fornadja” como produtora de grogue trouxe mudanças nas relações entre homens e mulheres. As transformações incidem, principalmente, na maneira como é visto o papel de cada um desses sujeitos nas relações que se estabelecem dentro do grupo doméstico, no espaço da produção e na própria construção simbólica dos sujeitos sociais de Ribeira de Principal. Entretanto, antes de a mulher começar a trabalhar nas “fornadjas” como produtora de grogue, isso era a norma instituída, cuidava das tarefas domésticas e trabalhava no campo, mas com um papel subalterno em termos de decisões importantes no tocante à produção. O papel e a responsabilidade do homem era a manutenção do grupo doméstico, ou seja, era considerado o único provedor activo. Isso nos leva a lembrar que o trabalho da mulher realizado em casa e no campo é desconsiderado como trabalho no sentido em que não é valorizado, porque é considerado “leve”, não é remunerado e, principalmente, porque a mulher não decidia no espaço público, na comercialização dos produtos ou na transacção da renda.

Actualmente, as mulheres, juntamente com os homens, provêm também o grupo doméstico. Neste sentido, foi trabalhar nas “fornadjas” porquanto é um dos espaços mais significativos de produção na comunidade. Em, praticamente, todas as casas dessa ribeira existe, pelo menos, um membro do grupo doméstico que trabalha ou já trabalhou na “fornadja”.

Outras mulheres trabalham na “fornadja”, no campo ou em outras actividades porque as contribuições de outros membros do grupo doméstico não são suficientes para a provisão das necessidades do grupo. Nesse sentido, os grupos domésticos tornam-se “pluri-activos”, o trabalho na “fornadja” - permite gerar meios de vida durante os meses de inactividade na agricultura. Pode-se constatar que alguns valores culturais e práticas sociais se modificaram de forma expressiva, ocasionando o enfraquecimento dos laços e vínculos matrimoniais e familiares. Propiciando, conseqüentemente, o crescimento de grupos domésticos chefiados por mulheres e uma redução da renda trazida para o grupo. Assim, constata-se a existência de diferenças entre as mulheres casadas ou vivendo em união de facto das mulheres mães solteiras, que trabalham nas “fornadjas”. Para estas últimas a produção do grogue é um meio

de vida, mas para as primeiras constitui um complemento da renda familiar. A produção do grogue constitui um processo de diversificação dos meios de vida no espaço rural em que as famílias rurais constroem, segundo Ellis (2000), estratégias para enfrentar “contextos de vulnerabilidade” a partir da realização de um conjunto de actividades.

Os actores sociais inseridos em seus grupos domésticos recorrem às diversas estratégias de reprodução, entre as quais encontram-se a “pluriactividade”. Nos grupos domésticos encontram-se pelo menos um membro activo que realiza uma combinação de actividades agrícolas e não-agrícolas. A produção do grogue, pelas mulheres e pelos homens, os trabalhos sazonais na construção civil pelos homens, enquadram na situação de pluriactividade. A produção do grogue constitui uma actividade não agrícola embora a matéria-prima utilizada - a cana sacarina - seja um produto agrícola produzido nas hortas de muitos “fornadjeros” e muitas “fornadjas” ou comprado de terceiros.

Este tipo de “pluriactividade”, segundo Schneider (1999), possui uma base agrária pois a actividade não agrícola - a produção do grogue - ocorre no próprio sector da agricultura e, não na indústria. Segundo Schneider (2007) a “pluriactividade” é heterogénea e diversificada e está ligada, de um lado, as estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adoptadas pela família e por seus membros e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida. Por outro lado, a “pluriactividade” pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projectos colectivos ou como resposta às decisões individuais. Os grupos domésticos articulam o trabalho das “fornadja” com outras actividades agrícolas e não-agrícolas - uma situação de “pluriactividade” - em que as mesmas funcionam como fontes de produção de bens e de troca e inserção nos mercados assim como para o auto-consumo. Com esta actividade as mulheres passam a dominar uma nova dimensão do espaço público, ou seja, inserem e participam do espaço das trocas mercantis e económicas gerindo o seu próprio dinheiro. Porém, sem seu abandono total - e começa a integrar gradativamente o espaço público (masculino). Porém, os papéis sociais femininos não se alteraram, pois são as mulheres que fazem o trabalho doméstico, mesmo trabalhando na produção ou em outros locais.

Muitos “fornadjeros” assim como alguns maridos e companheiros - emigrados ou não - das “fornadjas” dizem não querer que elas trabalhem nas “fornadjas”. Contudo, pode ver-se que a mulher continua a trabalhar na “fornadja”. Este facto constitui uma situação bastante peculiar, cuja iniciativa partiu das próprias mulheres, que persistem em mantê-la por entenderem que é a única forma de participarem activamente no espaço público. Espaço esse que para elas, até aqui, era o espaço público que se transformou no espaço público político.

Entretanto, essa persistência em manter-se a trabalhar nas “fornadjas”, por vezes, contrariando o modo de ver e de pensar do marido ou companheiro. É uma situação negociada interactivamente entre os sujeitos em que a mulher, neste contexto, está na posse da agência de resistência (Ortner, 2006). As mulheres ao conquistarem essa posição no espaço público estão a constituir um sujeito feminino activo, participativo e político, revelando-se não como figurantes, mas como actrizes na transformação das suas comunidades.

Neste sentido, o trabalho na “fornadja” além de ser uma estratégia de produção para aprovisionamento (Sahlins, 1970), especialmente, para os grupos domésticos com menos condições socioeconómicas, constitui, também, uma estratégia de afirmação da identidade da mulher no espaço público. De facto, a necessidade impulsionou a inserção das mulheres na “fornadja” porém nem todas elas trabalham nesse espaço por esta necessidade mas sim porque querem participar activamente desse espaço público construindo assim uma nova identidade. Muitas “fornadjeiras” vão trabalhar na “fornadja” para participarem desse espaço, e, não porque precisam da renda da venda do grogue.

As “fornadjeiras”, os “fornadjeros”, assim como a população local afirmam que trabalhar na “fornadja” é prejudicial à saúde sobretudo das mulheres. Esse argumento assenta, basicamente, na quebra da “fornadja” que prejudica a saúde da mulher, tanto do ponto de vista físico como da sua capacidade de reprodução. Essa argumentação enquadra-se numa tentativa de naturalizar a diferenciação biológica entre os indivíduos. Assim, a definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registo de propriedades naturais, directamente dadas à percepção, constitui produto de uma construção operada ao preço de uma série de escolhas orientadas ou, melhor, através da acentuação de certas diferenças ou escotomização de certas semelhanças (Bourdieu, 1999).

Aliás, os homens reforçam este discurso dizendo que o trabalho da “fornadja” é trabalho masculino, ou seja, “trabalho pesado”. Como se consideram o mais forte fisicamente, logo, é trabalho indicado. Pode-se verificar, com base na análise de Bourdieu (1999), que o argumento utilizado pelos actores sociais para fundamentar a diferença anatómica, entre os órgãos sexuais, constitui uma justificação para legitimar a diferença social, construída entre os géneros na divisão sexual do trabalho.

Vários autores (Heredia *et al*, 1987), ao analisarem o lugar das mulheres em grupos domésticos camponeses, observam que a organização social camponesa obedece a um padrão de divisão sexual do trabalho bastante rígida e bipolarizada, entre o campo - espaço da produção, público e, por isso, predominantemente masculino, e a casa - espaço do

consumo, de domínio feminino. Na Ribeira de Principal, porém, essa classificação não pareceu tão rígida, já que a dinâmica social e as necessidades vivenciadas pelos grupos domésticos permitem que a mulher ocupe espaços considerados como masculino. A emigração, na comunidade, impõe, na prática, constantes redefinições e reconfigurações do lugar ocupado por cada um nos espaços de produção. A classificação desses espaços, porém, permanece em suas representações como masculino e feminino.

A entrada da mulher na “fornadja” permitiu re-arranjos nas relações de gênero, através da redistribuição de tarefas e de espaços de trabalho, sem romper definitivamente com as representações de gênero que marcam as posições hierarquizadas dos sexos. As mulheres e os homens vêm desempenhando tarefas consideradas masculinas e femininas. O trabalho das mulheres na manutenção do grupo doméstico vem possibilitando seu acesso aos espaços públicos, anteriormente exclusivos aos homens. Aí ao articularem as experiências da vida privada com as do espaço público, nas lides quotidianas, as mulheres questionam a hierarquia de gênero, não só no grupo doméstico, mas, também, no espaço de produção. Portanto o trabalho das “fornadjeiras” permite a articulação do mundo privado com o mundo público, rompendo com os modelos de fixação das mulheres nos espaços privados e, assim construindo uma nova identidade feminina participante do espaço público político da comunidade.

A emigração, frequentemente articulada às redes sociais em Cabo Verde, constitui uma estratégia de grupos domésticos, de amizade ou de vizinhança no processo de “reprodução social”. Mas, também, a emigração constitui uma estratégia individual. Pois, os factores psicológicos e individuais são importantes para determinar as motivações no processo migratório. O processo migratório em Ribeira de Principal iniciou pouco antes da independência do país (década de 1970). A emigração do homem originou uma escassez da força de trabalho no processo produtivo, o que levou as mulheres a ocupar esse lugar deixado vago e a substituir a força de trabalho masculina na agricultura, no campo e na “fornadja”. Com a saída masculina e a entrada da mulher em substituição do homem nos trabalhos agrícolas foi um processo de continuidade, visto que a mulher já trabalhava, também, nesse espaço. Entretanto, a sua substituição deu-se a nível político. A mulher negocia e decide o processo produtivo – o que não acontecia quando o marido estava presente.

As representações sociais projectadas sobre o emigrante, as próprias condições do modo de existência e de viver do emigrante criam marcas psicológicas que definem as estratégias individuais dos candidatos a emigrantes. Assim, a emigração poderá, também, ser uma

decisão individual baseada, não em condições socioeconómicas desfavoráveis mas, numa construção social de um imaginário “emigrante” cheio de oportunidades e menos penoso em termos do uso da força de trabalho. Essa representação constitui, na maioria das situações, um facto falacioso visto que o trabalho no país de acolhimento é tão ou mais penoso que no país de origem. Muito embora a remuneração seja bem melhor podendo aceder a outras condições de vida, não encontradas no país de origem. Consta-se, por isso, em Ribeira de Principal, uma vontade enorme de emigrar. Mas, a prática e, principalmente os primeiros dez anos a situação do emigrante não é favorável económico ou socialmente. Devido a essa situação, os membros do grupo doméstico, afirmam que têm de trabalhar. Porque nem sempre, os familiares emigrados possuem condições para contribuir plenamente com as despesas quotidianas.

Com a emigração masculina, algumas mulheres foram trabalhar nas “fornadjas” por terem sentido a necessidade de contribuir para a provisão do grupo doméstico e, nesse espaço público o trabalho é remunerado. Obviamente esta situação aconteceu porque o homem considerado – o provedor do lar – nem sempre, possuía, no estrangeiro, condições para contribuir regularmente para a manutenção socioeconómica do grupo doméstico – muitas vezes a sua condição de ilegal contribuía para o desemprego. Esta situação espelha a situação de vulnerabilidade que os maridos/companheiros estão expostos assim como o seu próprio grupo doméstico, tanto um como outro passa por condições de precariedade. Esta condição originou a construção de novas estratégias, principalmente, pelas mulheres no meio rural, ou seja, o surgimento das “fornadjas” constitui um processo social influenciado pelas condições locais e externas (a emigração e as dificuldades e a precariedade socioeconómica). A necessidade em contribuir para a manutenção do grupo doméstico levou a mulher a inserir no espaço de produção que ela frequentava com os progenitores ou cônjuges e procurou aprender o processo de produção do grogue na “fornadja”. Por isso passa a ter um papel importante no espaço público e, dentro do próprio grupo doméstico. A necessidade e, posteriormente, a decisão de trabalhar na “fornadja” como uma figura activa e “política” foram construídos socialmente a partir da saída do homem desse espaço. A mulher inseriu na “fornadja” um espaço produtivo e político considerado masculino. A presença activa da mulher está rodeada de conflitos latentes e não declarados. Os homens não querem ter a presença da mulher na “fornadja”, mas tiveram que aceitá-la porque perderam a capacidade de prover, sozinhos, as necessidades do grupo doméstico devido às condições encontradas (nos primeiros tempos) no país de acolhimento, designadamente a condição de ilegalidade, o baixo salário e o desemprego. Contudo, há que relembrar, o homem, antes da emigração, não

era o único provedor do grupo doméstico. A mulher trabalha(va) no campo, na agricultura e em casa. Porém, estas actividades como não são remuneradas considera-se que o provedor do grupo doméstico é o homem que, por sua vez, é socialmente considerado a pessoa de referência no grupo porque realiza tarefas remuneradas e administra a renda.

Com a emigração masculina, cai por terra toda a ideia do homem provedor do grupo doméstico – pois, principalmente nos primeiros anos da emigração fica patente a situação de precariedade dos emigrantes. Assim, coube a mulher apoiar e prover o grupo – sobressaindo e revelando assim o trabalho “oculto” das mulheres pois com a ausência masculina passa a ser a pessoa de referência no grupo (isto não quer dizer que a mulher ocupou inteiramente o lugar do homem e que este perdeu a sua posição no grupo doméstico somente houve uma “relativa equidade” das posições). A falta da força de trabalho em razão da emigração obriga os grupos domésticos rurais a se inserirem num processo de reconfiguração das relações sociais de trabalho e produção, fazendo com que crescentemente as mulheres deixem o espaço doméstico e privado da casa e passem a ocupar o espaço público e colectivo do trabalho nas “fornadjas”.

A emigração masculina, em Ribeira de Principal, reforça o papel das mulheres na manutenção da identidade camponesa. As mulheres se tornam o principal elo de ligação entre o grupo doméstico e o campo ou “fornadja”, enquanto patrimónios e espaços de produção. São as mulheres que, na ausência dos maridos, passam a realizar as tarefas no espaço de produção e do consumo, auxiliadas pelos filhos menores e, outros membros do grupo doméstico. Essa dinâmica só é possível porque há uma renegociação, ainda que provisória, de papéis e, uma redefinição de espaços de trabalho. Isso não significa, porém, um rompimento total com a estrutura de poder predominantes no grupo doméstico.

Aliás, as relações de poder não são estáticas e, tampouco encerram no binómio dominador (homem) e dominado (mulher) pois o poder não está localizado num lugar específico visto que as relações de força se interagem entre si. O poder encontra-se nas relações quotidianas, está circulando entre as pessoas e, não está nas pessoas (Foucault, 1999). Assim, embora se reconheça a mulher como o sujeito dominado, da relação homem e mulher, ela muitas vezes faz recurso dessa situação de submissão para exercer a dominação. Por exemplo, é o caso da situação de muitas mulheres que trabalham nas “fornadjas”. Os respectivos maridos ou companheiros não querem vê-las a trabalhar nesse espaço. Porém, elas recorrem a um conjunto de argumentos – a renda, por exemplo, que o marido mobiliza para o grupo doméstico é insuficiente – para continuarem a exercer essa actividade que lhes traz alguma autonomia na gestão dos rendimentos, ali arrecadados, e nas decisões domésticas.

Essas estratégias e discursos aliadas a emigração permitiu, de certa forma, uma fluidez nas relações de poder no grupo doméstico uma vez que as mulheres passam a ter maiores iniciativas e tomadas de decisões, mesmo que, por vezes, sejam predominantemente relacionadas ao seu espaço de pertença e influência. Da mesma forma, não se redefine totalmente a figura do pai provedor, pois os homens nunca estão completamente ausentes. A autoridade, o poder e a honra paterna continuam sempre representados por meio de símbolos e da construção da ideia de pai.

Conclusão

A emigração e a ocupação dos homens em outros sectores da economia de Cabo Verde, como a construção civil e o trabalho assalariado, abriram novas oportunidades para a inserção da mulher em outras actividades fora do espaço doméstico e privado. A partir do período da incorporação feminina no espaço público do trabalho como produtora passou-se a considerar uma realidade na Ribeira: as mulheres “fornadjeiras”, ou seja, trabalhadora, remunerada. Esta situação, entretanto, não diminuiu as tarefas realizadas pela mulher no espaço doméstico, pelo contrário aumentou as suas tarefas que para além de dona de casa passa a trabalhadora. Essa situação permite considerar que a influência dos valores patriarcais configuram o sistema simbólico fundado na oposição casa/trabalho e, legítima, em última instância, a sujeição feminina. Pois, a categoria “trabalhador” é construída segundo uma configuração masculina. Em que estão embutidos, em sua formulação, os pressupostos da dicotomia público e privado em que se exclui deste último a remuneração pelos trabalhos realizados. Assim, a construção da categoria “trabalhador” marginaliza a mulher que acaba por trabalhar duas vezes – uma no espaço público de produção – e a outra – no espaço doméstico –, sendo o primeiro trabalho remunerado mas o segundo gratuito.

A partir do momento em que as mulheres inseriram activamente no espaço público, trabalhando como produtora de grogue nas “fornadjeiras”, conquistaram uma autonomia e um reconhecimento social até então desconhecido. Esse reconhecimento social transforma-as de mulheres ajudantes para trabalhadoras e produtoras de renda. É importante considerar, no entanto, que a conquista dessa posição não foi suficiente para a erradicação de uma sociabilidade fundamentada na hegemonia masculina. Isto porque o discurso das mulheres persiste em considerar que é papel do homem trabalhar na “fornadja” e, ser o principal provedor do grupo doméstico. Este discurso, porém, é ambíguo no sentido em que as mulheres participam politicamente no espaço público, trabalhando com e como os homens

na produção do grogue. Entretanto, elas demonstram, ainda, valores que admitem a divisão sexual tradicional do trabalho, o que contribui para a legitimação desta condição.

Esta situação revela contradições e antagonismos, uma vez que a mulher possui uma carga de responsabilidade imposta para manter o grupo doméstico – na reprodução, nas tarefas domésticas – que a sua situação no mundo produtivo se torna extremamente penosa e arbitrária. E, ao invés de se verem aliviadas dessa situação, como pretenderia a retórica da oportunidade de direitos iguais para as mulheres e da eliminação de qualquer discriminação de gênero, o que elas presenciam, de facto, é uma acentuada precarização da sua força de trabalho.

Entretanto, a capacidade das “fornadjeiras” em encontrar soluções inovadoras para enfrentarem a situação de vulnerabilidade e pobreza no meio rural sem um apoio constante do Estado ou de outros agentes mostra que as mulheres, embora sem reconhecimento, realizam actividades diversificadas – na produção, na reprodução e na comunidade – que as permitem, paulatinamente, adquirir autonomia, inserir e resistir em espaços dominado pelos homens.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Oeiras: Celta editora, 1999.

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FISCHER, Izaura Rufino. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife: Ed. Massangana, 2006.

FOUCAULT, Michel, (1999), *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal.

GIUFFRÈ, Martina. “Mulheres que ficam e mulheres que migram: dinâmicas duma relação complexa na ilha de Santo Antão (Cabo Verde)”. In: GRASSI, Marzia, ÉVORA Iolanda, (orgs). *Género e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. p. 193-215.

HEREDIA, M., et al. “O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas”. In: AGUIAR, N. *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. São Paulo: Layola, 1987. p. 28-56.

INSTITUTO Nacional de Estatística, (2000), *Censo 2000*, Praia.

ORTNER, Sherry B. “Poder e projetos. Reflexões sobre a agência”. In: Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas, 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006. p. 45-80.

SAHLINS, M. *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SCHNEIDER, Sérgio, (1999), *A Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS.

SCHNEIDER, Sérgio, (2007), *A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação*, IN: Hubert C. de Grammont, México, Ed. Flacso. p. 1-29.

WHITEHEAD, Ann. "Women's solidarity and divisions among women". *IDS Bulletin*, Brighton, v. 15, n.1, p. 6-11, Janeiro, 1984.